

**TECENDO O FUTURO:
A EDUCAÇÃO DO CORPO INFANTIL NA SÃO PAULO DOS ANOS 1930¹.**

Kátia Danailof

Doutora em Educação
Faculdade de Educação (UNICAMP)

RESUMO

A projeção dos Parques Infantis na cidade de São Paulo (anos 1930) é o elemento central para a análise da forma como se configurava a educação do corpo infantil.

A educação do corpo, no caso, diz respeito às formas de educação mediadas pelo lugar que ocupam os sujeitos, estejam eles na escola, nas ruas e, no que tange à presente pesquisa, nos Parques Infantis de São Paulo. Considerando que cada época marca os corpos e os representam de maneira diversa, tempo e espaço são as categorias fundamentais para pensar a infância e a maneira como a sociedade forma e conforma os indivíduos.

Palavras-chave: Infância – Corpo – Educação - Historia

ABSTRACT

The projection of the Infancy Parks in São Paulo city is the key element for the analysis in which the child body's education occurred.

The body's education, in this case, is the education that happens in the place occupied by the men, being it at school, on the streets and also at the Infancy Parks. Each period marks the bodies in many ways. Time and space are the main categories to talk about the childhood and the way that society forms individuals.

Key-words: Infancy – Body – Education - History

RESUMEN

Lo proyecto de los Parques Infantes en la ciudad de São Paulo (1930) es central en esta análisis de la educación de lo cuerpo infantil.

Educación de lo cuerpo, en este caso, es la educación material en los espacios ocupados por lo hombre en las escuelas, en las calles y también en los Parques Infantes. El cuerpo surge como un registro de un tiempo y espacio específicos. Tiempo y espacio son categorías principales para pensar la infancia y las marcas sociales instituidas en los sujetos.

Palabras claves: Infancia - cuerpo - educación - Historia.

¹ Texto que tem como base a Tese (Doutorado) intitulada *Crianças na trama urbana: a educação do corpo na São Paulo dos anos 1930*, defendida em 2006 na Faculdade de Educação da UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Carmen Lúcia Soares.

INTRODUÇÃO

“Ciência dos homens”, dissemos nós. É ainda muito vago. Temos de acrescentar: “dos homens no tempo”. O historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que seu pensamento respira é a categoria da duração.

É certo ser difícil imaginar uma ciência, seja qual for, que possa abstrair do tempo. Contudo, para muitas delas que, por convenção, o fragmentam em partes artificialmente homogêneas, o tempo não é mais do que uma medida.²

As palavras de Marc Bloch sobre “o tempo histórico”³ levam-me a pensar sobre a significação atribuída à infância e à educação do corpo⁴ nos parques infantis na gestão de Mário de Andrade (1935-1938) como diretor do Departamento de Cultura de São Paulo. Especialmente neste artigo, interessa-me “a atmosfera em que seu pensamento respira”, através da qual se define uma possível educação do corpo infantil que se dá a partir do tempo em que as crianças estão fora da escola.

A educação do corpo, no caso, diz respeito às formas de educação mediadas pelo lugar que ocupam os sujeitos, estejam eles na escola, nas ruas e, no que tange à presente pesquisa, nos Parques Infantis de São Paulo. Considerando que cada época marca os corpos e os representam de maneira diversa, **espaço** e **tempo** são as categorias fundamentais para pensar a idéia de infância e a maneira como a sociedade forma os indivíduos.

SOBRE O ESPAÇO...

No início do século XX, o “abandono” das crianças por parte dos pais é considerado um problema médico e social. Tal “abandono” dá origem à criação das primeiras “instituições de assistência e proteção à infância desamparada”, bem como institutos destinados a formar operários nas cidades,⁵ expondo, dessa forma, diferentes compromissos educacionais conforme a condição da criança, significando desde o formar, “modelar” até a possibilidade de corrigir comportamentos e hábitos viciosos.

Escolas, centros de saúde, creches, asilos infantis e os parques infantis são alguns dos espaços que deveriam abrigar as crianças e, com isso, a cidade passa a ser mapeada pelas ações destinadas à infância, gerando assim sua institucionalização. Apesar da singularidade das ações que caracterizam e diferenciam esses espaços, cada um contribuiria com os cuidados destinados a proteger as crianças do perigo das ruas.

Tais espaços podem ser lidos a partir de um “continuum simbólico”⁶, gerando diferentes objetivos no que se refere à educação das crianças, idealizados a partir do lugar que são encontradas. A leitura da cidade de São Paulo a partir dos locais destinados às crianças e, em especial, do Parque Infantil, compõe uma *trama urbana* tecida a fim de construir um país de ordem e de progresso. Projetar-se ia, com a cidade, o cidadão que pertenceria ao país do futuro.

² BLOCH, s/d (1. ed., 1941), p. 40.

³ BLOCH, s/d (1. ed., 1941), p. 40.

⁴ A expressão *educação do corpo* refere-se aos estudos de SOARES (1998, 2001, 2006) e OLIVEIRA (2006), dentre outros que apontam para a idéia de que os corpos podem “traduzir, revelar, evidenciar formas bem precisas de educação, modos bastante sutis de inserção de indivíduos e grupos em uma dada sociedade”.

⁵ RAGO, 1997, pp. 117-119.

⁶ Vianna, ao citar o *continuum* simbólico, refere-se, especialmente, aos extremos entre as instituições “Escola Premonitória Quinze de Novembro e Colônia Correccional”, para onde as crianças eram levadas conforme o grau do delito. No entanto, aproprio-me do termo pensando nas instituições “intermediárias” situadas entre a casa da família e as instituições correccionais. Ver, especialmente, Vianna in Gondra (2002, p. 30).

Entre os principais nomes que colaboraram para a estruturação do projeto para o Departamento de Cultura e, com ele, os parques infantis, destaque, além de Mário de Andrade, o urbanista Anhaia Mello e o educador Fernando de Azevedo. Particularmente, Anhaia Mello colabora com essa iniciativa “traduzindo” as idéias do urbanista Le Corbusier para a reestruturação urbana.

O conceito de parque infantil evoluíra, segundo Anhaia Mello, e deveria acompanhar o ritmo de desenvolvimento e progresso da cidade. Esse espaço não significaria apenas um ideal estético, mas seria destinado “ao recreio ativo de todas as classes da população e de todas as idades, desde a criança de idade pré-escolar até o adulto”. Conforme cita o urbanista, “O tapete de relva transformou-se no playground, no play-field; o lago, na piscina ou no skatinpound”.⁷

Nesse sentido, os parques públicos não seriam apenas o “pulmão da cidade”, mas espaços que substituiriam a contemplação da paisagem verde, o contato com a natureza e o ar livre, por atividades orientadas. Deveriam, antes, servir aos critérios de higiene e moralização do trabalhador, cujos benefícios refletiriam na estética urbana e na educação da sociedade para o mundo do trabalho.⁸

Segundo tal perspectiva, para o conceito geral dos Parques Infantis, Anhaia Mello traça um *plano de lazer da cidade*⁹. A essência da proposta de zoneamento para a cidade encontra-se justificada na Carta de Atenas, documento produzido no ano de 1933 durante o 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

Segundo Le Corbusier, as soluções para os problemas urbanos dependiam de características sociais, políticas e econômicas em justaposição aos valores de ordem fisiológica e psicológica propondo um debate que considera a cidade, o indivíduo e a coletividade. Conforme o autor:

Isolado, o homem sente-se desarmado; por isso liga-se espontaneamente a um grupo. (...) Transformado em elemento constitutivo de uma sociedade que o mantém, ele colabora direta e indiretamente nas mil atividades que asseguram sua vida física e desenvolvem sua vida espiritual.

Suas iniciativas tornam-se mais frutíferas, e sua liberdade, melhor defendida, só se detém onde ameaça a de outrem. Se os empreendimentos do grupo são sábios, a vida do indivíduo é ampliada e enobrecida. Se a preguiça, a estupidez e o egoísmo o assolam, o grupo, enfraquecido e entregue à desordem, só traz a cada um de seus membros rivalidades, rancor e desencanto. Um plano é sábio quando permite uma colaboração frutífera, propiciando ao máximo a liberdade individual. Irradiação da pessoa no quadro cívico.¹⁰

As palavras de Le Corbusier aproximam as relações sociais do espaço delimitado pelo projeto proposto ao ambiente urbano. A base psicológica justificaria as intervenções do poder público que, aos olhos do urbanista, deveria considerar a “insegurança” do indivíduo diante do complexo ambiente urbano, cuja solução estaria na organização da população em grupos homogêneos.

⁷ MELLO apud NIEMEYER, 2002, p. 64.

⁸ NIEMEYER, 2002., p. 61.

⁹ Lê Corbusier foi considerado como principal influência para o movimento modernista. Ver, sobre o tema, o estudo de Ricardo Christiano de Souza (2002) sobre a participação de Mário de Andrade nos debates arquitetônicos no Brasil. Segundo Souza, tal participação se expressa em artigos e críticas publicados com frequência irregular na imprensa periódica. Entre os textos de Mário de Andrade estudados pelo autor, destacam-se as publicações do Diário Nacional: “Arquitetura colonial”, (4 fev. 1928), “Le Corbusier” (21 nov. 1929), “Cidades” (1 mar. 1931) e “Exposição duma casa modernista” (5 abr. 1930).

¹⁰ LE CORBUSIER, 1993, p. 2.

O zoneamento da cidade atribuiria “a cada função e a cada indivíduo seu lugar justo”, tendo como eixo “as diversas atividades humanas”.¹¹ Os locais seriam discriminados conforme seu uso e citados como “locais de habitação, centros industriais ou comerciais, salas ou terrenos destinados ao lazer”.¹²

Segundo o autor, “não se deveria transgredir regras que deveriam ser sagradas, reservando só para alguns favorecidos da sorte o benefício das condições necessárias para uma vida sadia e ordenada”. Com essas palavras, Le Corbusier defendia “uma legislação implacável” garantindo “a todos”, independente do nível social, o acesso a “uma certa qualidade de bem-estar”, compreendido a partir de um tríplice aspecto: **luz, ar e espaço**.¹³

No Brasil, tal modelo passaria por uma releitura e, então, seria adequado às necessidades da população local. Seu principal foco situava-se no desamparo da infância, fruto da ordem de produção da indústria.¹⁴ A construção dos espaços físicos adequados a jovens – campo de atletismo, estádio e piscina – difere-se da construção que prevalece nos parques infantis, em especial por apresentarem interesses e expectativas diversas conforme a fase da vida em que se encontravam, fundamentando um projeto amplo.

Conforme estudos realizados por Soares¹⁶, os cuidados com a higiene da população podem ser encontrados nas teses defendidas no V Congresso Brasileiro de Higiene, de 1929. Alertava-se à época que postos de recreação e esportes deveriam

[...] ser distribuídos pelos núcleos da população, [pois] garantem não só permanente e efetiva atuação, como podem trazer a melhor cooperação nas campanhas sanitárias, peb atrativo que exercem principalmente sobre as crianças e a mocidade, que para freqüentá-los submeter-se-iam facilmente às exigências de assistência sanitária.¹⁷

As ações sobre a infância, segundo a norma médica instituída, dariam preferência às crianças desnutridas e portadoras de deficiências físicas.¹⁸

Criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar enfim, a natureza infantil, pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias.¹⁹

Os Centros de Saúde fundados objetivavam a difusão do programa de higiene em todo local em que se encontrassem. Tais núcleos seriam os responsáveis por levantar dados e informação do modo de vida da população via inquérito, estudos e estatísticas.²⁰

¹¹ LE CORBUSIER, 1993, p. 8.

¹² LE CORBUSIER, 1993, p. 8.

¹³ LE CORBUSIER, 1993, p. 8.

¹⁴ Refiro-me aqui à influência do modelo de parque trazido da Alemanha (*Kindergarten*) e aos Reform Parks de influência taylorista. Nesse momento da pesquisa, no entanto, não foi possível aprofundar tal discussão (NIEMEYER, 2002, p. 61).

¹⁵ Privilegiando o público infantil e juvenil, houve a manutenção de compromissos com a fiscalização dos trabalhos relacionados à educação extra-escolar, sua fiscalização por parte do poder público, bem como a presença de profissionais das áreas de saúde e de educação, conforme estabelecido pelo ato n. 767. Tais orientações constam no ato n. 861, artigo 2º de 9 de jan. de 1935. (DEPARTAMENTO DE CULTURA, s/d).

¹⁶ SOARES, Carmen Lucia. Éducation Physique Scolaire: Une Brève Histoire de La Constitution d'une Pédagogie de L' Hygiène Au Brésil. In: CONGRES DE LA SOCIETE INTERNACIONALE D'HISTOIRE DU SPORT ET DE L'EDUCATION PHYSIQUE, 8., Urbino-Italie, 2003. Anais... Urbino-Italie, 2003.

¹⁷ CONGRESSO BRASILEIRO DE HIGIENE, 5., Recife, 1929. Anais... Recife: Oficinas da Inspectoria de Demographia Sanitária, 1929, p. 140.

¹⁸ ROCHA, 2003, pp. 188-192.

¹⁹ ROCHA, 2003, p. 235.

Anhaia Mello, ao lado de Fernando de Azevedo, assume a necessidade de instalação de espaços que atraíssem jovens e crianças para lugares higiênicos. Os parques deveriam localizar-se próximos aos bairros operários, ou seja: “o mais possível perto das escolas e das famílias”,²¹ e “[...] servindo à educação moral, higiênica e estética das crianças, contribuam para despertar o interesse das famílias por essas escolas populares de saúde e de alegria”²².

Segundo Fernando de Azevedo, não bastaria que essas praças fossem úteis, aparelhadas “com o necessário para o fim higiênico e recreativo. Não bastará que sejam belas e convidativas. É preciso também que sejam núcleos de espírito nacional”.²³ Acentuando a importância da dimensão simbólica e formativa, o caráter nacional projetar-se-ia tanto na estrutura arquitetônica, que deveria ser “abrasileirada”, como nos conhecimentos ensinados, tendo como princípio a adoção e a restauração da cultura popular:

Em tudo, nesses recantos pitorescos, desde as construções modeladas pelo estilo tradicional, no que tem de mais característico, na sua simplicidade severa, até na jardinagem em que se aproveitarão quanto possível as plantas e as árvores indígenas (com suas respectivas etiquetas de nomes vulgares) e nos viveiros de pássaros, deve respirar o espírito do país, sob cuja influência se terá de desenvolver a mentalidade das gerações descendentes de estrangeiros, e tanto mais úteis à nossa pátria, quanto mais integradas nos hábitos e tradições nacionais.²⁴

Os aspectos biológicos e psicológicos que estão na base do projeto da cidade moderna possibilitam uma análise sobre a forma de pensar o lugar da criança nessa sociedade, as relações sociais e, em especial, amplia o alcance da racionalização do espaço ao corpo dos habitantes. A “era do maquinismo” inscreve-se sob a perspectiva do “dimensionamento de todas as coisas”:

A medida natural do homem deve servir de base a todas as escalas que estarão relacionadas à vida e às diversas funções do ser. Escala de medidas que se aplicarão às superfícies ou às distâncias, que serão consideradas em relação com o ritmo natural do homem; escala de horários [...].²⁵

A proposta de urbanização e modernização da cidade significava, com isso, a relação direta com o ritmo e com os novos modos de circulação, habitação e recreação (nas horas livres). Organizando a cidade a partir das atividades naturais do homem, dimensionaria, assim, o significado de atraso e de desenvolvimento propostos.

SOBRE O TEMPO...

Nos anos de 1930, os debates em torno da educação escolar apresentavam um outro modelo, cujo foco estaria na criança. No cerne das discussões sobre a escola nova, o aprendizado deveria fazer-se ativo, que na proposta de Anhaia Mello para os parques infantis, seria nomeado como “lazer ativo”.

²⁰ ROCHA, 2003, p. 188.

²¹ AZEVEDO, 1960, p. 319.

²² Ato n. 767 de 9 de jan. de 1935. Departamento de Cultura: Divisão de Educação e Recreio. Regimento Interno, s/d.

²³ AZEVEDO, 1960, p. 319.

²⁴ AZEVEDO, 1960, p. 322.

²⁵ LE CORBUSIER, 1993, p. 29.

O termo lazer ativo é, desde os anos de 1920, sedimentado e explorado como solução para a desejada ordem social, sinônimo de ações pedagógicas que seriam inauguradas para a população. Constatava-se que, quando não trabalhavam nas fábricas para ajudar os pais, as crianças passavam grande parte do tempo nas ruas. As escolas não lhes seriam suficientes para ocupar o tempo com atividades que as mantivessem longe dos vícios.

A relação entre escolas, parques infantis e fábricas estabelece-se em um intrincado contexto. A sociedade urbano/industrial organizava-se, nesse início do século XX, a partir da dissociação entre tempo de trabalho e tempo livre. Nesse sentido, a “forma industrial” citada por Carvalho pode ser reconhecida pela imposição de um tempo em que os operários (crianças, jovens e adultos de ambos os sexos) permaneciam nas fábricas, pelo tempo livre das obrigações do trabalho e, em especial, na forma como era utilizado esse tempo.

As discussões em torno do lazer estariam intimamente relacionadas com o caráter moral do trabalho e do ócio, colaborando como um dos mecanismos de controle e de educação para a sociedade industrial. Considero coerente pensar, ainda, que a modernização da educação implica uma discussão sobre a forma como esse tempo seria utilizado pelos diferentes segmentos da sociedade. Mutuamente dependentes, escola, trabalho e lazer estavam condicionados pelo tempo disponibilizado e predeterminado à criança.

Fruto da sociedade urbano-industrial, o lazer está intimamente relacionado à forma como cada sociedade, em tempo e espaço específicos, atribuem valores diferenciados ao trabalho e ao lazer, considerando as normas morais vigentes. A “livre vontade”, com isso, depende de condições historicamente determinada pela forma como o indivíduo deve se relacionar com os demais membros da sociedade.

O lazer e a escola, ativos, configurar-se-iam na idéia de que a criança, acompanhando o ritmo da sociedade urbano-industrial, deveria ser educada a partir do complexo: “energia, ação e produtividade”. O papel da instrução nas sociedades, conforme aponta Carvalho, “era o de condutor, do transmissor pelo qual é possível a transformação da energia potencial do homem em energia cinética”.²⁶

Assim, é possível notar “no entrecruzamento das posições que, concorrentemente, reivindicavam o estatuto de pedagogia moderna e nova, porque ativa, um novo discurso pedagógico começa a se tornar hegemônico no país”.²⁷ Durante o período, imagens de crianças na escola, “de seus corpos empenhados em muitas atividades, dos seus gestos hábeis, do seu interesse pelo trabalho em cooperação, da alegria contagiante de seus jogos e da liberdade de suas brincadeiras” eram amplamente difundidas.

Nações há que procuram resolver os problemas de eficiência, mesmo à custa das liberdades individuais. Outras, que preferem manter todos os ditames de uma romântica liberdade individual, pereça embora a eficiência... entre tais extremos, simplistas ambos e ambos perigosos, os estadistas mais avisados começam a compreender a “eficiência com liberdade” e a “liberdade com eficiência” só num cadinho se fundem – e esse é a educação. Dificuldades ou defeitos da educação, dificuldades e defeitos de disciplina social e, portanto, de eficiência.²⁸

²⁶ CARVALHO, 1998, p. 157.

²⁷ NIEMEYER, 2002, p. 388.

²⁸ LOURENÇO FILHO apud CARVALHO, 1998, p. 30.

A crítica realizada por Lourenço Filho, presidente da ABE no ano de 1935, aborda a despolitização que cerca a imagem de uma pedagogia que, em um certo sentido, parece assumir uma posição ingênua diante da forma como a liberdade sustentaria toda e qualquer possibilidade de formação da personalidade e desenvolvimento da criança. Conforme análise de Carvalho, essa postura significa o oposto da livre iniciativa infantil, ou seja, “o sinal de uma percepção aguda das possibilidades disciplinares dos novos métodos”.²⁹

Cabe ressaltar que a escola ativa foi “uma das manifestações da escola nova”, que incluía “a revisão dos fins sociais, uma nova filosofia da educação in extenso, uma nova compreensão da vida e da fase de evidente transformação social que atravessamos”.³⁰ Lourenço Filho refere-se especificamente à criança como foco do trabalho educacional, considerada a partir de seu desenvolvimento e comportamento, indicando ao professor a forma como este conduziria a educação.

A ampla utilização de testes é defendida pelo autor como uma forma de justificar as atividades selecionadas para as crianças, bem como o seu “ideal da pedagogia”.³¹ Priorizando a perspectiva psicológica, orienta os educadores sobre a: “necessidade de verificação objetiva dos elementos da educação e de cada passo do aprendizado”, pois “Ao invés da apreciação subjetiva do aluno e de seu trabalho por parte do mestre, ela pretende larga introdução de processos de verificação objetiva, ou seja, de medida”.³²

Para tanto, o interessado nessa “nova filosofia” de ensino ativo, deveria preparar-se de forma igualmente ativa, ou seja, o professor não se formaria observando aulas, copiando programas de ensino e os aplicando, mas dedicando-se, sobretudo, ao estudo da “nova psicologia” para “saber por que se faz e como se faz”.³³

Segundo Lourenço Filho, a formação profissional seria fundamental para a idealização de um projeto fundamentado que se propunha educar segundo a forma como a sociedade se apresentava, ou seja, que deveria trabalhar “segundo o seu tempo [...]”.³⁴

TECENDO O FUTURO

Bloch indica que a duração do tempo não deve ser “delimitado na corrente ininterrupta das idades”³⁵. A infância relaciona-se “a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida”³⁶. Conforme questiona o autor:

Em que medida – quer o nexo que o fluxo da duração estabelece entre eles prevaleça, ou não, sobre a dissemelhança nascida dessa duração –, em que medida cumpre considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo à inteligência do mais recente?³⁷

Os parques infantis na cidade de São Paulo, em certo sentido, deflagram um pensamento característico da sociedade moderna que, em outras palavras, projeta a sociedade civilizada a partir de seu oposto.

²⁹ CARVALHO, 1998, p. 30.

³⁰ LOURENÇO FILHO, 1978, p. 48, grifos do original.

³¹ LOURENÇO FILHO, 1978, p. 48

³² LOURENÇO FILHO, 1978, p. 48

³³ LOURENÇO FILHO, 1978, p. 48

³⁴ LOURENÇO FILHO, 1978, p. 48

³⁵ BLOCH, s/d, p. 30.

³⁶ Os autores Freitas e Kuhlmann Jr. apontam para duas leituras possíveis sobre a infância, a saber: o seu uso no singular ou no plural. No singular, conforme descrito, significa pensar na concepção e representação que os adultos fazem dessa fase da vida. No plural, significa pensar nas diferentes propostas para a infância abandonada, pobre e/ou delinqüente (FREITAS; KUHLMANN JR., 2002, p. 7).

³⁷ BLOCH, s/d., p. 30.

[...] a palavra civilização descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, a que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos.³⁸

A idéia de “civilização” oposta ao comportamento primitivo, “natural”, refere-se a uma grande variedade de fatos, envolvendo tecnologia, tipo de comportamento, desenvolvimento dos conhecimentos científicos, idéias religiosas e costumes, como também se refere ao tipo de habitações, à relação entre homens e mulheres, a forma como a sociedade é organizada.³⁹ O modo de vestir ou despir, comer e beber, as saudações, os atos de cortesia, como também a linguagem, são ações que compõem o hábito de forma que se fixam a ponto de, para cada espécie de impressão, haver uma resposta pronta.

Considerar-se-ia, com isso, a condição social em que viviam as crianças, sua ascendência e a forma como a assimilação do conhecimento se daria em meio à diversidade de povos imigrantes, marcam as possibilidades de sua integração social. Conforme aponta Lourenço Filho:

A assimilação cultural resulta da influência homogeneizadora do ambiente social. Numa compreensão ampla, essa expressão *ambiente social* abrange duas coisas: a *herança cultural*, corpo de técnicas, idéias, sentimentos e aspirações, que cada geração transmite à geração seguinte; e a *estrutura social*, como conjunto das instituições, que possibilitem essa transmissão e a regulem. As instituições não tendem apenas à preservação da vida individual, mas condicionam a transformação de cada indivíduo numa *pessoa*, tal como esse legado suponha que ela deve ser, na conformidade dos costumes, códigos e normas gerais de conduta existentes. Uma vez aceita pela sociedade, como conjunto, tendem a durar, opondo-se a quaisquer mudanças.⁴⁰

A transmissão de comportamentos adequados e que deveriam ser preservados, indicam que o corpo daria visibilidade ao caráter e à personalidade do homem do futuro. As condutas gerais e o comportamento seriam constitutivos de um conjunto de técnicas e costumes que, incorporados pela sociedade, “tendem a durar”.

A perspectiva da duração torna-se fundamental para o ideário educacional do período, cujas iniciativas dirigem-se à “correção” do passado para a construção do futuro, expressa pela história da criança otimizada pela referência à vida adulta. Assim:

verifica-se a *continuidade do processo*, em períodos e fases, que se podem descrever e caracterizar de modo objetivo. O desenvolvimento não resulta de uma séria de fatos isolados ou desconexos, mas de uma sucessão em que eles se ligam uns aos outros, como momentos sucessivos de um único processo. Revelam assim um sentido progressivo, cada fase surgindo da outra, na qual se apóia.⁴¹

Os parques infantis inserem-se no ambiente urbano como uma proposta que coloca em questão, tal qual aponta Sant’Anna, a possibilidade de compreender “a rede sócio-corporal” que construía, e era constituída, na cidade de São Paulo.

³⁸ FREUD, 2002, p. 42.

³⁹ ELIAS, 1990, p. 23.

⁴⁰ LOURENÇO FILHO, 1978, p. 127.

⁴¹ LOURENÇO FILHO, 1978, p. 54.

Falar do corpo é abordar o que se passa, ao mesmo tempo, fora dele. Mas o inverso também é válido. As cidades revelam os corpos de seus moradores. Mais do que isso, elas afetam os corpos que a constroem e guardam, em seu modo de ser e de aparecer, os traços desta afecção. Há um trânsito ininterrupto entre os corpos e o espaço urbano, há um prolongamento infinito e, em via dupla, entre gesto humano e a marca ‘em concreto’ de suas ambições e de seus receios, e há um parentesco entre o estilo arquitetônico e o espírito de uma época.⁴²

Coincidindo com os preceitos de ordem psicológica e biológica tratados por Le Corbusier, a imagem de um ambiente saudável representaria a preservação moral e física de crianças, adolescentes e adultos. Conforme pontua o urbanista:

A história está inscrita no traçado e na arquitetura das cidades. Aquilo que subsiste forma o fio condutor que, juntamente com os textos e os documentos gráficos, permite a representação de imagens sucessivas do passado. Os motivos que deram origem às cidades foram de natureza diversa [...].

As pessoas aí se aglomeravam e encontravam, conforme o grau de civilização, uma dose variável de bem-estar. Aqui regras profundamente humanas ditavam as escolhas dos dispositivos; ali constrangimentos davam origem a injustiças flagrantes. Sobreveio a era do maquinismo. A uma medida milenar, que se poderia crer imutável, à velocidade do passo humano, somou-se uma medida em plena evolução, a velocidade dos veículos mecânicos.⁴³

Sendo o corpo “uma evidência que acompanha todo o ser humano, do seu nascimento até a morte”, que se transforma, muda de peso, de tamanho, de ritmos,⁴⁴ estudar a infância, nesse início de século XX, implica considerar as diferentes áreas do conhecimento que buscam compreender o comportamento, as formas de pensar e de agir, tornando permeável os tênues limites entre o tempo e o espaço dedicados tanto à criança como ao adulto.

REFERÊNCIAS

- Ato n. 767 de 9 de jan. de 1935. Departamento de Cultura: Divisão de Educação e Recreio. Regimento Interno, s/d.
- AZEVEDO, Fernando. *Da educação física*. São Paulo: Melhoramentos, 1960.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. S.l.: Publicações Europa-América, s/d (1. ed., 1941).
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE HIGIENE, 5., Recife, 1929. *Anais...* Recife: Oficinas da Inspectoria de Demographia Sanitária, 1929.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história de costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FREITAS, Marcus Cezar; KUHLMANN Jr., Moysés (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

⁴² SANT’ANNA, 1995, p. 17.

⁴³ LE CORBUSIER, 1993, pp. 9-10.

⁴⁴ SANT’ANNA, 2001, p. 4.

- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- LE CORBUSIER, Charles. *Carta de Atenas*. São Paulo: Edusp, 1993. [c. 1933]
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Introdução ao estudo da escola nova*. 12ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques infantis de São Paulo: lazer como cidadania*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ROCHA, Heloísa Helena. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Mercado das Letras, 2003.
- SANT'ANNA, Denise Bertuzzi de. *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- SANT'ANNA, Denise Bertuzzi de. *É possível realizar uma história do corpo?* In: SOARES, Carmen Lúcia (org.). *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- SOARES, Carmen Lúcia (org.). *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- VIANNA, Adriana de Rezende B. *Internação e domesticidade: caminhos para a gestão da infância na primeira república*. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. p.29-44.

Rua Raphael Sampaio, 387-ap. 52 Bloco B
Campinas-SP
e-mail: katia.danailof@uol.com.br